

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v16i27.675>

ESCALAS DE PODER: grupos políticos no Maranhão oitocentista e sua relação com a Corte do Império¹

SCALES OF POWER: political groups in Maranhão of nineteenth century and their relationship with the Court of the Empire

ESCALAS DE PODER: los grupos políticos en Maranhão en el siglo XIX y su relación con la corte del Imperio

YURI COSTA

Doutor em História/ Professor da UEMA

São Luís/ MA/ Brasil

yuricosta800@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as nuances da relação entre as elites políticas do Maranhão imperial e a Corte instalada no Centro-Sul do país, buscando entender algumas das estratégias utilizadas para que esse tenso relacionamento respeitasse os interesses da Coroa sem deixar de dar vazão a anseios dos grupos políticos locais. Busco, ainda, investigar o cenário político maranhense da segunda metade do século XIX, que testemunhou uma maior estabilidade no embate entre as facções políticas da província, organizadas em torno de dois principais partidos: o Conservador e o Liberal.

Palavras-chave: Maranhão. Século XIX. Grupos políticos. Corte imperial.

Abstract: the aim of this article is to analyze the nuances of the relationship between the political elites of Maranhão and the Court installed in the Center-South of Brazil, seeking to understand some of the strategies used for this tense relationship complied with the interests of the Crown without help give vent to the desires of the local political groups. I also seek to investigate the political scenario of Maranhão from the second half of the 19th century, which witnessed greater stability in the clash between the political factions in the province, organized around two main parties: the Conservative and the Liberal.

Keywords: Maranhão. The 19th Century. Political groups. Imperial court.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar los matices de la relación entre las élites políticas de Maranhão y la Corte instalada en el Centro-Sur de Brasil, tratando de entender algunas de las estrategias utilizadas para que esta relación tensa respetara los intereses de la Corona sin dejar de dar flujo a los anhelos de los grupos políticos locales. Busco también investigar el escenario político de Maranhão de la segunda mitad del siglo XIX, que ha atestiguado una mayor estabilidad en el enfrentamiento entre las facciones políticas de la provincia, organizadas alrededor de dos principales partidos: el Conservador y el Liberal.

Palabras clave: Maranhão. El siglo XIX. Grupos políticos. Corte Imperial.

Introdução

¹ Artigo submetido à avaliação em agosto de 2018 e aprovado para publicação em janeiro de 2019.

A política no Brasil oitocentista possuiu diferentes fatores de reprodução, como variados foram também os espaços e os agentes de circulação do poder. Algo, porém, parece incontestável: sua dinâmica se fez com contornos marcadamente elitistas, procurando excluir a maior parte da sociedade e orbitando instituições e agrupamentos privilegiados. Daí a necessidade de se entender os fatores de construção e de manutenção do poder das elites.

Na historiografia brasileira sobre o tema, mesmo aqueles pesquisadores que se esforçaram em localizar elementos de aproximação das elites tiveram que se render aos riscos da homogeneização teórica, reconhecendo limites na análise da definição desses grupos.

Na substancial descrição que fez das elites políticas imperiais, José Murilo de Carvalho² buscou analisar elementos de unificação desses grupos, ou seja, aspectos que estabeleciam uma aproximação entre os sujeitos históricos protagonistas da política brasileira daquele contexto, identificando-os enquanto destacado círculo de poder.

Em linhas gerais, para Carvalho, seriam três os elementos que possibilitam falar em uma elite política imperial: (i) a educação superior, que fazia com que as elites compusessem “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”;³ (ii) a ocupação, principalmente através de profissões que pudessem homogeneizar valores, treinamentos e interesses das elites; e (iii) o desenvolvimento de longas carreiras políticas, marcadas pela circulação geográfica, que garantiam a movimentação de administradores entre cargos e regiões do Império.

Adriana Campos concorda ter sido central, como fator de agregação das elites, a especialização de uma burocracia e a consolidação de longas carreiras. A (re)organização do Estado após a Independência do Brasil, sobretudo através de uma malha burocrática que possibilitou a reprodução de elementos caros à aristocracia, como a escravidão e a concentrada estrutura fundiária, exigiu a composição de uma elite de natureza eminentemente política. Para a autora, “em razão da complexa situação da camada dirigente brasileira, que nem sempre era oriunda dos setores dominantes da economia, a ação política realizava-se com alguma autonomia, mas o limite estava na unidade em torno de algumas bases, como a manutenção da escravidão”.⁴

Foi nesse cenário que a construção, a manutenção e a ampliação de vínculos entre as elites passaram a ser fatores de acesso a posições politicamente dominantes e à ocupação

² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 49-227.

³ *Ibid.*, p. 65.

⁴ CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 55.

de cargos públicos. O pertencimento a determinados círculos familiares tornou-se uma qualidade natural (descendência de uma família) ou adquirida (agregação a um grupo familiar) valorizada socialmente e capaz de inserir o indivíduo em redes de privilégios e de favorecimentos.

Nesse sentido, Richard Graham investigou a forma como a concessão de proteção e de cargos oficiais em troca de lealdade política e pessoal funcionou para beneficiar os interesses do grupo denominado pelo autor como *elite social*.⁵ Em sua análise, utilizou a categoria *clientelismo* para estudar a trama de relações políticas que, nos âmbitos local, regional e nacional, era construída numa longa duração, tendo como base relacionamentos familiares e interpessoais. Nesse cenário, “clientelismo significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem-terra”.⁶

Não por outra razão, a estrutura social do poder no século XIX teve na família⁷ um dos fatores mais eficientes de reprodução das hierarquias, ainda mais quando pensada a partir do papel exercido pelas lideranças locais. Daí porque Graham denominou essa estrutura social de *paradigma familiar*.⁸ Para o autor, a unidade doméstica era condutora da relativa estabilidade política alcançada pelo clientelismo, sobretudo através da garantia de que poucos se revezassem no poder, fazendo circular entre si os mesmos cargos.

As elites do Oitocentos buscaram estratégias que lhes perpetuassem em um sistema político carente de estabilidade e passível de ruína a qualquer momento. A política no Império precisou de esferas institucionais para circular, possibilitando que as facções alcançassem a formalidade necessária à afirmação de sua hegemonia. Em grande medida, os partidos políticos tiveram essa função.

O objetivo deste artigo é analisar as nuances da relação entre as elites políticas do Maranhão imperial e a Corte instalada no Centro-Sul do país, buscando entender, a partir da dinâmica das eleições e da distribuição de postos públicos, algumas das estratégias utilizadas para que esse tenso relacionamento respeitasse os interesses da Coroa sem deixar de dar vazão a anseios dos grupos políticos locais. Busco, ainda, investigar o cenário político maranhense

⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997. p. 7.

⁶ *Ibid.*, p. 16.

⁷ Sobre a extensão da família no Brasil oitocentista, Richard Graham observou que a unidade familiar ia muito além do pai, da mãe e dos filhos: “A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio do casamento.” (GRAHAM, op. cit., p. 37). Além disso, na definição dos limites da família, as relações por compadrio eram igualmente relevantes.

⁸ GRAHAM, op. cit., p. 42.

da segunda metade do século XIX, que testemunhou uma maior estabilidade no embate entre as facções políticas da província, organizadas em torno de dois principais partidos: o Conservador e o Liberal.

As elites políticas provinciais e a relação centro-periferia

A unidade territorial do Império do Brasil adquiriu certa estabilidade somente após três décadas de Independência. A coesão política entre as províncias, entretanto, permaneceu frágil ao longo de todo o período monárquico e fez-se no terreno arenoso das tensas relações entre múltiplas elites regionais e a Corte do Centro-Sul do país.⁹ O amálgama político do Império dependeu, em grande parte, de um dinâmico e instável jogo de negociações.

O fim do Período Regencial inaugurou uma organização política baseada na intensa relação entre centro e periferia. As práticas federalistas ensaiadas com o Ato Adicional de 1834, muito embora posteriormente atingidas pelo recrudescimento da política centralizadora adotada a partir de 1837, consolidaram os interesses das elites regionais como elemento a ser observado pela administração central do Império.¹⁰ A partir daí, o arranjo político-institucional sustentou sua engrenagem na difícil conciliação entre a afirmação do poder da Corte e a vazão aos interesses das elites provinciais.

Com efeito, para Miriam Dolhnikoff, mesmo no auge da proposta inaugurada com o Ato de 1834, houve uma preocupação em afirmar o poder central como contrapeso ao liberalismo, demonstrando a consciência de que a ampla autonomia das províncias implicaria no próprio esfacelamento do Império.

A uniformidade do Império dependia dos delegados do governo central em cada província. As reformas liberais impuseram um modelo que previa a autonomia provincial, mas com o cuidado de não colocar em risco a integridade territorial. Daí a manutenção pelos liberais de um delegado do governo central na província. A autonomia provincial teria que conviver com um agente do governo central capaz de garantir a integração entre as províncias, dirigida pelo Estado, condição para articular autonomia e unidade, elemento essencial da proposta liberal federativa.¹¹

A tese de Dolhnikoff é de que o referido arranjo atravessou toda a Monarquia e estabeleceu as bases da unidade nacional e de consolidação do Estado. Nesse sentido, a organização política e institucional brasileira no Oitocentos deu-se sob influência de um

⁹ DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões (1808-1853)*. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 180.

¹⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 23-48.

¹¹ *Ibid.*, p. 115.

embate entre unidade e autonomia que extrapolou o aspecto territorial (unidade geográfica) e projetou-se sobre diferentes dimensões da vida político-organizacional da nação. Ainda que o federalismo não tenha sido hegemônico antes da República, introduziu elementos capazes de condicionar o funcionamento do Império à atenção aos interesses das províncias. É o que Maria de Fátima Gouvêa denominou de *arranjos políticos*, derivados de “uma grande variedade de conflitos e de tensões no interior das diversas províncias”.¹²

Nesse sentido, a crítica aos atores políticos regionais e à sua capacidade de atuação, ainda que deva sopesar as particularidades de cada província, não pode deixar de lado a influência do poder central, sobretudo através dos mecanismos institucionais de condensação política.

Pensando a política nacional a partir do Maranhão, Flávio Reis apontou alguns dos marcos que tornaram visíveis, nas primeiras décadas do Segundo Reinado, a influência centralizadora da Corte: a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), a Reforma do Código de Processo Penal (1841) e a Reforma da Guarda Nacional (1850). Isso porque:

As assembleias provinciais perderam atribuições para a Câmara Geral e o controle das nomeações para a maioria dos cargos públicos voltou à alçada ministerial. A Justiça e a Polícia foram unificadas e organizadas centralizadamente, com o esvaziamento dos poderes dos juízes de paz locais. A Guarda Nacional diluiu suas características iniciais de autonomia, ficando as nomeações a cargo do ministro da Justiça e dos presidentes de província, afastando-se também o sistema eletivo interno na escolha de lideranças. De uma forma geral, essas medidas diminuíram o raio de independência das chefias locais frente ao governo central e fortaleceram o papel das lideranças regionais com trânsito na Câmara Geral e nos ministérios.¹³

No entanto, a proposta centralizadora irradiou-se de maneira disforme e encontrou fortes condicionantes nas províncias. Se, por um lado, não havia uma necessária oposição entre os interesses regionais e os da Corte, por outro, os mecanismos de centralização foram amortecidos pela elite política provincial.

O jogo político deu-se em escalas, e não apenas em dois níveis. Somaram-se aos poderes central (Corte) e regional (províncias) uma série de outras esferas da política local. A viabilidade do arranjo dependeu da capacidade das elites de, em diferentes gradações, projetarem seus interesses sobre outras elites, numa dinâmica de justaposições que, ao fim e ao cabo, concordava em fazer com que a engrenagem maior do Império não ruísse.

Flávio Reis exemplificou o escalonamento político:

Na esfera regional, os políticos efetuavam a troca de nomeações, verbas e favores pelo apoio dos núcleos de poder municipais; enquanto facilidades fiscais particularizadas ou, em menor medida, setorizadas, eram permutadas pelo

¹² GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias*: Rio de Janeiro (1822-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 23-24.

¹³ REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2007. p. 49-50.

financiamento da dívida pública com os grandes comerciantes da capital. Na esfera nacional, os líderes regionais estabeleciam o vínculo entre a província e o governo central, numa relação que envolvia o acesso aos cargos, o trânsito junto à burocracia dos ministérios e ocasionais auxílios financeiros.¹⁴

Nesse cenário, as lideranças locais exerceram um papel fundamental, pois a articulação política era (re)produzida através de redes de dependência nutridas por facções. O líder media sua influência política pela capacidade de se apresentar como protetor, angariando seguidores que com ele estabeleciam vínculos de lealdade.

Daí porque o entendimento da dinâmica política do Império depende, em grande parte, do estudo de suas “extremidades”, da trama desenvolvida em nível local e de seus mecanismos de diálogo ou de resistência com relação ao poder central. Richard Graham chegou a falar na existência de “dois níveis” da política clientelista que estudou, um local e um nacional, os quais não devem ser investigados em separado.¹⁵

Entendo que a política desenvolvida na província do Maranhão pode ser integrada a essa dinâmica. A rarefeita estabilidade ali construída dependeu da capacidade das elites locais de, em um constante jogo de aproximação e repulsa com a Corte imperial, digladiarem-se sem solapar a ordem e os valores consensualmente perseguidos pelas elites, tais como a estrutura fundiária e o escravismo.

Ao longo do Império, uma das preocupações centrais dos grupos políticos no Maranhão foi construir sua hegemonia regional através da relação com as esferas de poder no Centro-Sul. Na corrosiva crítica que fez a tal política, João Francisco Lisboa destacou a tendência dos partidos em apoiarem a Corte, apenas encontrando razões para a criticar quando não possuíam outro recurso para sua reprodução. Nesse quadro, as facções desenvolviam um estranho e mesmo cômico teatro de subserviências, tendo como principal foco de encenação a fidelidade à Coroa.

Em geral os nossos partidos têm sido favoráveis ao governo central, e só lhe declaram guerra, quando de todo perdem a esperança de obter o seu apoio, contra os partidos adversos que mais hábeis ou mais felizes souberam acareá-lo para si. Desta quase universal pretensão e dura necessidade de agradar ao governo resultam às vezes as situações mais embaraçosas, complicadas, cômicas e risíveis. Os pobres chefes fazem os mais estupendos esforços, dão saltos mortais, equilibram-se nos ares, e inventam uma algaravia vaga e banal com que possam, conciliando o passado com o presente, mascarar a infâmia da sua apostasia, e a humilhação da sua subserviência.¹⁶

¹⁴ REIS, op. cit., p. 50.

¹⁵ GRAHAM, op. cit., p. 16.

¹⁶ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: eleições na antiguidade, eleições na Idade Média, eleições na Roma Católica, Inglaterra, Estados Unidos, França, Turquia, partidos e eleições no Maranhão*. Brasília: Senado Federal, 2004. p. 149.

Na complexa relação política com a Corte, o posto mais cobiçado era certamente o de presidente da província. A indicação ao cargo decorria diretamente do exercício do Poder Moderador, por isso mesmo, atrelando-se a um intenso processo de articulação regional com as representações dos partidos em âmbito nacional. A rotatividade do cargo indicava a descontinuidade do jogo de forças. Nesse sentido, Flávio dos Santos Gomes observou que, apenas no Segundo Reinado, com 49 anos de duração, o Maranhão teve 43 presidentes, sem contar que mais de 40 assumiram o posto de forma interina.¹⁷

A pluralidade de facções políticas dificultou a construção de uma estabilidade no processo de aproximação com a Corte. Sobretudo até a década de 1850, os agrupamentos possuíam líderes efêmeros e o ritmo da alternância das facções no poder era tão intenso quanto a fluidez de suas ideologias.

Aliás, parece inservível querer atribuir a tais grupos alguma ideologia politicamente constante, ou simplesmente coerente. Para Flávio Soares, as “ideias e desejos” das agremiações políticas maranhenses mudavam radicalmente com o calor dos acontecimentos, a ponto de defenderem ou atacarem ao longo do tempo elementos aos quais antes atribuíam sentido inverso: “A fragilidade do arrependimento dos partidos aponta para uma fragilidade daquilo em que acreditam. O problema atingiria tanto a ideologia conservadora quanto a revolucionária”.¹⁸

A inconsistência ideológica dos grupos transmutava-se em fragilidade moral. A política no Maranhão do Oitocentos era terra fértil para a proliferação de partidos volúveis, caracterizados pelo domínio de vontades arbitrárias e pelo (exclusivo) desejo em se perpetuar no poder.

Não é coincidência João Francisco Lisboa ter adjetivado a disputa entre facções políticas no Maranhão como uma verdadeira “guerra civil”; um embate feroz no qual “mata-se, rouba-se, espolia-se, devasta-se, despoeva-se, e quando tudo está consumido, proclama-se que a ordem se acha restabelecida e a província pacificada”.¹⁹ Ainda para Lisboa, predominou nessas disputas um jogo de encenações. No embate político, a aparentemente controlada luta entre vencedores e vencidos foi desenvolvida numa teatralidade na qual o que de fato predominava era o ódio entre facções e a ânsia de vingança.

¹⁷ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos. XVII-XIX)*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 318.

¹⁸ SOARES, Flávio José Silva. *Barbárie e simulacro no Jornal de Tímon de João Francisco Lisboa*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 77.

¹⁹ LISBOA, op. cit., p. 313.

Flávio Soares, a partir da leitura de Lisboa, concordou com o caráter teatral e cruel da política maranhense no Oitocentos, onde

A dinâmica da luta política é caracterizada por uma espécie de *mise-en-scène* ou simulação de conflitos e de guerra [...]. Os partidos simulam uma guerra que de fato existe, incapazes de efetivamente levar a uma superação do impasse real e promover a vitória do bem da civilização sobre o mal-estar da barbárie.²⁰

Tal como em outras áreas politicamente periféricas do Império, a intervenção da Corte serviu no Maranhão como relevante variável dentro do jogo político local, sobretudo a partir da aproximação ou do distanciamento de grupos regionais com os círculos mais relevantes da política no Centro-Sul. Os líderes locais, uma vez alçados a um patamar hegemônico por meio das eleições, deveriam ter grande elasticidade, pois sua manutenção tinha como condicionante a capacidade de alimentar um pesado e já tradicional sistema local de apadrinhamentos e de privilégios e, ao mesmo tempo, alcançar a Corte e seus não menos intensos interesses.

Nesse cenário, extremamente difícil tornou-se identificar grupos ou lideranças preocupados com a construção de uma ordem pública que fosse além dos particularismos e das efemeridades no interesse de reprodução das facções. Os partidos não alcançavam qualquer nível consistente de representatividade política.

Postos públicos e eleições: as estratégias do embate político

Independentemente das variações do cenário político ao longo do Oitocentos, perpetuou-se em terras maranhenses a força política das lideranças locais, nutrindo o paradigma familiar e tendo como base o poder de preencher postos públicos e de dominar as eleições. A constituição de novos grupos, a manutenção dos que conseguiam ascender ao poder e a destruição dos derrotados nas eleições, como constantes, materializavam-se no preenchimento ou na destituição de funções no aparelho administrativo do Estado.

Nas palavras de Reis, “o princípio da legitimidade dos favorecimentos pessoais ultrapassou o sistema político imperial e ficou inscrito no processo de formação das estruturas de poder”.²¹ Os vínculos de apadrinhamento e de lealdade entranharam-se cada vez mais na máquina pública. A moeda de troca nos conchavos políticos encontrou uma de suas principais formas de efetivação no recrutamento clientelista para cargos na administração.

²⁰ SOARES, op. cit., p. 115, grifo do autor.

²¹ REIS, op. cit., p. 66-67.

Nesse particular, a política do Maranhão provincial não destoou da dinâmica consolidada em outras regiões do Império. Para Richard Graham, o clientelismo relacionou-se diretamente ao modo específico como a proteção de lideranças reproduzia-se por meio da concessão de cargos oficiais e de outros favores.

Porém, o próprio Graham lembrou que “o poder de nomear trazia consigo o poder de demitir”.²² O processo de indicações e de promoções tinha seu signo-oposto nas destituições, não menos relevantes para a política imperial, pois a demissão de cargo público antagonizava com a troca de favores, traduzindo-se em um eficaz mecanismo de perseguição e de punição aos adversários. A extração de desafetos da máquina estatal somou-se à dinâmica de favorecimentos na composição de uma estrutura burocrática endemicamente corrupta.²³

Retomando o raciocínio de Reis, na esfera provincial a troca de nomeações era uma das bases de sustentação dos grupos políticos. Além dos auxílios financeiros, o acesso a cargos públicos e o trânsito junto à burocracia davam a tônica da alternância de agremiações à frente do Estado.

Os grupos políticos percebiam o aparelho do Estado como um bem a ser utilizado em favor dos correligionários, desenvolvendo um traço da cultura política que legitimava a utilização clientelista das funções de governo em benefício dos aliados e como moeda de troca na formação de alianças [...]. Os grupos hoje no ostracismo e alijados das facilidades que o poder proporcionava, permaneceriam com a possibilidade da mudança da situação, quando, então, seriam promovidas as tradicionais ‘derrubadas’ (demissões, nomeações, transferências etc.).²⁴

O sistema de recrutamentos não serviu apenas para a proteção dos aliados. O poder de indicar postos, não raras vezes, foi instrumento de perseguição e de retaliação dos adversários, ainda que de forma indireta, pois, a depender da função exercida, a indicação significava o banimento dos círculos de poder. No Maranhão imperial, as autoridades locais lançaram mão dessa estratégia, por exemplo, no preenchimento de postos subalternos da Guarda Nacional e na indicação de capitães do mato.

Nesse contexto,

O recrutamento foi usado como forma de perseguir os fazendeiros opositores, que viam seus boiadeiros, feitores, agregados e até escravos serem requisitados para atuar como guardas nacionais. Tal medida funcionava também para afastar testemunhas inconvenientes, que deveriam depor em processos criminais.²⁵

²² GRAHAM, op. cit., p. 132.

²³ CARVALHO, op. cit., p. 170.

²⁴ REIS, op. cit., p. 64.

²⁵ MARANHÃO. Ministério Público do Estado. *Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história, v.1: marcos legais*. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2003. p. 80.

A afirmação das elites pelo vaivém das nomeações e demissões possuiu um propósito predominante, assim como uma temporalidade própria. Os grupos políticos da situação nutriam a expectativa de que o Poder Moderador os mantivesse nessa condição, ao passo que os grupos opositoristas tentavam modificar a orientação política vinda da Corte, retirando-os do ostracismo. Era justamente a mudança da situação o que demandava as chamadas “derrubadas”, quando então havia demissões, nomeações e transferências em massa.

As “derrubadas” objetivavam substituir toda a malha burocrática, afastando opositores de cargos públicos e preenchendo os postos com aliados. Nesses momentos, o Estado precisava ser (*re*)ordenado, não para o império da ordem pública, mas para que a facção vitoriosa afirmasse seu poder ordinariamente.

As demissões em massa, como práticas escancaradas, eram objeto de críticas pelo grupo aliado do poder. Nesse sentido, entre meados do século XIX e o advento da República, no Maranhão, liberais e conservadores trocaram acusações sempre que havia a alternância na direção da província.

Artigo publicado em *O Paiz*, em 14 de junho de 1886, ilustra o comportamento das elites maranhenses quanto a essas demissões. Intitulado *Oposição* e com autoria não identificada, o texto foi escrito por um conservador preocupado em responder a críticas de liberais com relação às demissões ocorridas naquele ano. O principal argumento da réplica foi justamente a afirmação de que seriam os liberais que teriam desenvolvido a prática das “derrubadas” nas décadas anteriores, legitimando assim comportamento similar por parte dos conservadores.

Gritam contra as demissões havidas os mesmos homens que em 1878 assinalaram-se pela mais terrível de todas as reações [...]. Hoje levantam-se os liberais contra as demissões havidas. Entretanto em 1878 não trepidaram em demitir à larga. Se eles porem para provar a *necessidade* das acusações da oposição liberal, que hoje tanto grita contra a demissão de seus correligionários, mas que quando pode não trepidou em demitir nossos amigos para dar lugar aos seus [...]. Quando no poder demite os funcionários públicos que são conservadores, quando na oposição prega a mais larga das tolerâncias? Censuras partidárias de quem assim procede não têm valor, porque não são sinceras.²⁶

Na (contra)crítica conservadora, a referência maior ao revanchismo liberal por meio de demissões concentrou-se em 1878, quando Carlos Fernando Ribeiro exerceu a presidência da província. A principal vítima do líder liberal, segundo o autor do artigo, foi o jurista conservador Celso Magalhães.

²⁶ OPOSIÇÃO. *O Paiz*. São Luís, p. 2, 14 jun. 1886, grifo do autor.

O Sr. Carlos Ribeiro no primeiro dia de seu governo assinou 68 demissões. E entre essas demissões havia algumas realmente revoltantes. Foi demitido a bem do serviço público o promotor da capital, o Sr. Celso de Magalhães, para satisfação de uma vingança pessoal dos mesmos homens que hoje pregam a tolerância [...]. A energia proverbial do Sr. Carlos Ribeiro não se desmentiu nessa ocasião. O atual barão de Grajaú demitiu 11 coletores e 8 promotores, removeu 9 professores públicos, substituindo todos os agentes de correios e nas repartições públicas fez larga derrubada.²⁷

A natureza política do recrutamento para cargos foi tão estrutural às elites que somente era comparável à dinâmica das eleições. Aliás, esses dois elementos, quais sejam a distribuição de cargos públicos e o jogo das eleições, serviram como base de sustentação da política local, sempre em atenção a não menos conturbada relação com a Corte.

Em verdade, havia uma trama bem articulada entre eleições e nomeações, em um jogo no qual cada um desses referenciais políticos era produto e ao mesmo tempo produtor do outro.

Assegurar indicações resultava em seguidores leais, que demonstrariam sua fidelidade votando como lhes mandavam; a vitória eleitoral comprovava sua autoridade local e ajudava a lhes garantir nomeações públicas. Após uma eleição, os líderes políticos usavam regularmente as nomeações como recompensa aos que haviam sido fiéis ao partido e aos seus parentes.²⁸

O caráter endêmico da manipulação das eleições no Império foi bem estudado por Raymundo Faoro. Para o historiador, a corrupção teria se iniciado ainda nas eleições para as Cortes de Lisboa (1821) e para a Assembleia Constituinte (1822), a partir daí irradiando-se por todo o Oitocentos, estruturando e dinamizando um sistema que encontrou, desde o Primeiro Reinado, seu pilar de sustentação na política local / regional.

As instruções de 26 de março de 1824, estatuto eleitoral outorgado pelo governo e que vige até 1842, fixam as bases do sistema que domina, com modificações secundárias, quase todo o Império. A mesa eleitoral e paroquial foi o fundamento de toda a vida partidária, o eixo maior da máquina de compressão. Aperfeiçoado mais tarde, esse núcleo determinará o reduto das manipulações, da fraude e da violência eleitoreiras. De acordo com a forma do duplo grau, a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais elege 'os eleitores de província', aos quais cabe designar os representantes da nação e províncias [...]. O entrevero das facções locais obedecia, desde os primeiros passos de 1821, ao cadinho provincial. O domínio da província, com a conquista do juiz presidente da mesa eleitoral, definia o grupo vencedor.²⁹

No entanto, a reprodução da política como domínio das eleições não foi desenvolvida apenas na esfera local e provincial. A ingerência do governo central na manipulação e na legitimação das disputas eleitorais era igualmente relevante, daí porque,

²⁷ OPOSIÇÃO, op. cit., p. 2.

²⁸ GRAHAM, op. cit., p. 131.

²⁹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 241-243.

sobretudo a partir do chamado regresso conservador (1837), os partidos tentaram se consolidar em um âmbito nacional.

Contra o esquema centrífugo operou o fortalecimento dos partidos nacionais, coincidentemente valorizados com a reação centralizadora, que culminou na Lei de Interpretação (12 de maio de 1840) e na Lei de 3 de dezembro de 1841 [...]. A sucessão de instruções e leis não revela todo o drama: elas mal cobrem e dissimulam o fundo, entremostrando mais do que mostrando. Desde a reação centralizadora de 1837 até o último ato de 1889, o sistema representativo será uma imensa cadeia de “cabrestos” e do comando da vontade do eleitor.³⁰

A manipulação das eleições, além de obedecer a uma lógica de escalonamentos entre o poder local e o central, demandou uma engrenagem composta por diferentes ritos. A (re)produção dos interesses das facções pelo resultado das urnas não se concentrava em um único ato.

Mais uma vez, foi João Francisco Lisboa quem descreveu a dinâmica do controle eleitoral pelas facções no Maranhão oitocentista. Nessa descrição, destacou um pleito que teria se desenvolvido em local e ano propositalmente omitidos pelo autor,³¹ apenas identificando que foram “eleições gerais”, ou seja, voltadas à escolha de deputados do Parlamento imperial. O relato é longo, mas merece transcrição, pois evidencia a sucessão de atos necessários ao domínio das urnas e à eliminação dos rivais.

Primeiro, a delimitação dos adversários e dos espaços de confronto com a aproximação das eleições:

A eleição devia fazer-se no dia 12 de outubro, e desde o primeiro do mês pode se dizer que as reuniões eram diárias e permanentes de um e outro lado; a cidade tomou um aspecto aterrador; a atmosfera parecia abrasada, e a tempestade prestes a desfechar; travavam-se rixas a cada canto, ferviam as cacetadas, e as rixas para logo se transformarem em verdadeiros tumultos, que os chefes a muito custo conseguiam pacificar, se não é que algumas muito de propósito os excitavam. Nas classes superiores não se vinha às mãos com tanta facilidade, mas as disputas animadas, as palavras azedas e insultuosas, as brigas, rompimentos e inimizades se repetiam frequentemente, e as coisas chegaram por fim a termos tais que metade da cidade não tirava o chapéu à outra metade. Nos dois últimos dias a patuleia governista ocupou a frente das duas igrejas paroquiais; a contrária ficou um pouco mais distante. Algumas casas da vizinhança foram com antecipação alugadas por um e outro lado. Constou-me que os respectivos proprietários se queixaram depois de lhes não haverem pago os aluguéis.³²

³⁰ Ibid., p. 430.

³¹ A análise do cenário político maranhense feita por João Lisboa é aqui apresentada a partir da obra *Jornal de Timon*, cujos ensaios que a compõem foram escritos entre 1852 e 1854. Embora Lisboa tenha feito questão de não precisar o período por ele criticado, por vezes, propositalmente, referindo-se ao ano de “184...”, Flávio Soares entende que o contexto analisado por Lisboa é a segunda metade da década de 1840 e o princípio do decênio seguinte, mais precisamente o governo de Joaquim Franco de Sá, compreendido entre outubro de 1846 e abril de 1848. SOARES, Flávio José Silva. *No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, p. 312-313.

³² LISBOA, op. cit., p. 202-203.

Em seguida, dava-se a composição viciada das mesas eleitorais, central no falseamento dos eleitores habilitados a votar, sucedida pela não menos corrupta montagem dos conselhos de recursos, prontos a avaliar as decisões das mesas.

As falsificações fazem com efeito um grande senão o primeiro papel nas nossas eleições; começam no primeiro dia, acabam no último [...]. Nas qualificações e revisões, as mesas, já falsificadas, falsificam por seu turno, alistando os incapazes, e excluindo por centenas os cidadãos já anteriormente qualificados, e sobretudo tomando as decisões às ocultas, e à última hora, para que os prejudicados não possam recorrer a tempo e em devida forma.

Se acaso recorrem, lá estão os conselhos de recurso, eivados do espírito de partido, e compostos de homens estúpidos e ignorantes, quando não velhacos, para darem ou negarem provimento, contra a justiça, e segundo os interesses.³³

Chegada a eleição, a votação converter-se-ia em desordem.

Na eleição houve uma verdadeira anarquia e dispersão de votos. A ralé a quem os chefes tinham conferido diplomas de eleitor, ou por necessidade, ou na esperança de dominá-la mais facilmente que a outras pessoas mais gradas, assentou de aproveitar a ocasião, e vozeando que nem sempre deviam servir de escada, barganharam ali os votos uns com os outros com tanto descaramento como boa fortuna.³⁴

O dia das eleições era marcado pela presença de aparatos militares. Seguindo o comando dos grupos de situação, milícias eram destacadas para o entorno das urnas e das mesas apuradoras, sempre sob o argumento de que “garantiriam a tranquilidade da votação”. A presença ostensiva de militares reforçava o sistema de fraudes eleitorais. Para Flávio dos Santos Gomes, não era raro haver no Maranhão provincial a montagem de milícias supostamente para a localização de quilombos ou o combate a levantes de escravos e indígenas, mas que, na prática, eram desviadas para o controle das eleições.³⁵

Mas, retornando aos comentários de Lisboa, passadas as eleições, a apuração de votos não seria menos marcada pela corrupção dos procedimentos e pelo vício dos resultados.

Chegou enfim o dia da apuração final. Como as duplicatas eram numerosas, e não havia uma só ata que não fosse mais ou menos falsificada, a câmara da capital exercitou uma verdadeira ditadura, escolhendo e apurando as que bem lhe pareceu, e contando em separado os votos das rejeitadas. Entre as preferidas, observou-se com pasmo que fora uma da oposição, absolutamente falsa, e fabricada na capital nas vésperas da apuração. Para dizer tudo em uma palavra, foi a câmara municipal apuradora quem em último resultado fez as eleições, expedindo diplomas a seu bel-prazer, habilitada para isso pela multiplicidade de atas postas à sua disposição e escolha.³⁶

Vencidas as eleições, havia o total alijamento dos adversários do cenário político. A partir daí, o controle das disputas locais ganhava nova dinâmica, pois, fulminados os rivais, a hegemonia dos vitoriosos dava-se quase sem nenhuma réplica.

³³ Ibid., p. 207-208.

³⁴ LISBOA, op. cit., p. 213.

³⁵ GOMES, op. cit., p. 318.

³⁶ LISBOA, op. cit., p. 214.

Dois meses depois das eleições gerais, fizeram-se as municipais. Que contraste! Reinava por toda parte a tranquilidade, ou melhor direi, a indiferença. Dir-se-ia que a cidade inteira ignorava que aquele dia era de eleição. Em cada freguesia compareceram apenas de quinze a vinte pessoas, só do lado dominante, e eram os candidatos aos lugares da eleição, ou pretendentes aos empregos que os eleitos dentro em pouco deviam distribuir [...]. O partido vencido absteve-se completamente, porque com a perda das eleições gerais, ficara quase aniquilado, desertando-lhe a maior parte das forças, de maneira que nem ao menos podia fazer uma simples demonstração que tivesse visos de seriedade [...]. Abstinha-se de tomar parte nas eleições, e deixava que o governo e os seus *capangas* por si sós desempenhassem a ridícula farsa que estavam representando.³⁷

O que se tem ao longo do Império é a coexistência entre o predomínio de uma tradicional política baseada nas disputas entre famílias em nível local e a maturação de grupos que instrumentalizaram sua influência cada vez mais através da utilização patrimonial do Estado. De uma forma ou de outra, a sustentação das facções políticas permaneceu pautada no apadrinhamento e na movimentação personalista da malha burocrática.

No Maranhão, a guerra entre facções

A investigação dos grupos políticos no Maranhão imperial deve se situar entre sua inserção no processo de ordenação do Estado nacional pós-Independência e a capacidade das elites locais desenharem estruturas que dessem vazão a seus propósitos. Em ambas as direções – e, sobretudo, naquilo que se comunicam –, a organização das elites e de suas representações políticas fez-se, paulatinamente, num dinâmico e disforme processo de delineamento dos opositores.

O embate entre as facções coincidiu com a tentativa de institucionalização do Estado no Oitocentos, nele imprimindo traços relevantes e dele recebendo amoldamentos. A disputa pela hegemonia política, em grande parte, converteu-se na luta pelo domínio da máquina burocrática que aos poucos desenhava-se no Brasil. Por isso mesmo, a análise do contexto que interessa a este artigo não pode desprezar sua relação com o dilatado processo de composição da estrutura oligárquica³⁸ no Maranhão imperial.

Para Flávio Reis, os traços formativos da oligarquia maranhense foram definidos entre meados do século XIX e o início do século XX. Ao longo desse contexto, as oligarquias

³⁷ Ibid, p. 217-218, grifo do autor.

³⁸ O conceito de oligarquia que aqui interessa procura dar conta da composição de agrupamentos políticos no Maranhão oitocentista. A referência principal dessa noção é a apresentada por Flávio Reis em *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*, para quem a categoria compreende “o setor especificamente político que iniciou sua formação entre as décadas de 1850 e 1860, cujas funções primordiais no processo mais amplo de construção do Estado Nacional eram a organização das disputas políticas no âmbito regional, aglutinando as facções e permitindo o funcionamento do jogo partidário, estabelecendo, enfim, a mediação entre a Corte imperial e a província”. REIS, op. cit., p. 51.

serviram como polo de unificação entre a Corte e as lideranças regionais / locais, sobretudo através do clientelismo que guiava suas práticas e da dominação do aparelho burocrático.

O ligamento permitido pela estrutura oligárquica, mais do que simples postura de subserviência à Corte, converteu-se numa eficaz estratégia de afirmação dos interesses provinciais, capaz de conciliar, minimamente, a diversidade de vontades de grupos heterogêneos em sua composição e ideologia.

A confluência de centralização de recursos políticos e financeiros e a possibilidade de sua utilização clientelista, abriram espaço para a sedimentação de interesses próprios de grupo, no caso, a perpetuação nos postos de mando. Trata-se de um grupo cuja gênese é marcada pelo hibridismo: de um lado, parece apenas um setor instruído e especializado nas funções da administração e da política que se destaca no núcleo de famílias de grandes proprietários rurais, onde está sua origem social; de outro, o seu fortalecimento está intimamente ligado à utilização patrimonial do Estado, ao controle das nomeações para os cargos públicos e ao trânsito de que desfruta nas instâncias superiores da administração nacional.³⁹

A composição desse cenário deu-se aos poucos. Desde as primeiras décadas pós-Independência, forças de tendência conservadora e liberal digladiaram-se, aglutinando-se em facções, elegendo lideranças e fortalecendo vínculos familiares. Porém, essa disputa adquiriu contornos mais institucionais apenas na segunda metade do século XIX.

Reis acredita que as décadas de 1850 e 1860 serviram como divisor de águas no contorno das disputas políticas provinciais. Por isso mesmo, apontou tal contexto como marco entre duas cronologias.

A reflexão sobre o processo de formação do sistema de dominação política no Maranhão requer a distinção preliminar entre dois períodos. O primeiro compreende o início da década de 1820 até o final da década de 1840 e apresenta um extremo fracionamento das facções políticas, expresso nas lutas entre famílias importantes de proprietários rurais das regiões do Itapecuru e da Baixada, economicamente as mais significativas. Neste momento, não existia propriamente um setor voltado para a ocupação da política e o padrão de liderança ainda predominante era aquele típico da dominação local, onde os chefes de clãs exerciam os postos de mando como atividade subsidiária. No segundo período, a partir das décadas de 1850 e 1860, iniciou-se uma situação mais clara de definição dos atores políticos e de afirmação de um padrão de carreira política.⁴⁰

As elites do Maranhão receberam a Independência nacional de maneira reticente. Por um lado, não sabiam qual o real significado da desvinculação política entre Brasil e Portugal. Por outro, duvidavam se lhes seria mais interessante substituir os vínculos mantidos com Lisboa, mais acessível ao Maranhão, inclusive geograficamente, pela nova e ainda indefinida proposta da Corte no Rio de Janeiro.

³⁹ REIS, op. cit., p. 51.

⁴⁰ Ibid., p. 49.

As disputas entre tendências restauradoras, aderentes ao Império do Brasil ou a alguns ensaios separatistas, exigiram o posicionamento dos grupos políticos locais. O contexto facilitou o acirramento dos embates e a definição de facções. Ao fim, a disputa possibilitou um mínimo de consenso quanto à “adesão” da província à Corte de D. Pedro I.

O que se teve até o princípio da década de 1840 foi uma política densamente marcada pelos vínculos familiares e pela dominação na esfera local. Regra geral, a historiografia produzida no Maranhão entende que as disputas familiares foram canalizadas no confronto entre *cabanos* e *bem-te-vis*. Os *cabanos*, que foram antecidos pelos *moderados* e que eram também denominados de *Squarema*, eram formados principalmente por comerciantes portugueses e por famílias que se alinhavam a posições conservadoras. Já os *bem-te-vis*, precedidos pelos *exaltados* e também conhecidos como *marrecos* ou *luzias*, regra geral, eram compostos por aqueles que lutaram em defesa da Independência e por grupos identificados com liberais.

Ao longo da década de 1830, as duas referidas facções conseguiram, no plano mais localizado, construir condições de coalisão entre as elites. A adesão a tais grupos serviu não apenas para a inserção dos aliados no aparelho do Estado, mas para o controle da resistência escrava no campo, traduzida em fugas, em insurreições e na formação de quilombos.⁴¹

A possibilidade de visualização dos embates na oposição entre *cabanos* e *bem-te-vis* não significou, porém, uma estabilidade política nesse contexto. Pelo contrário, até o início da década de 1840, sobretudo por conta das lutas em torno da Independência, cessadas apenas em 1828, e da guerra da Balaiada, ocorrida entre 1838 e 1841, o período foi marcado por “convulsões políticas e turbulências internas” e por uma “luta aberta entre as facções”.⁴² A dificuldade de afirmação de lideranças no plano regional e a grande rotatividade dos representantes dos grupos políticos contribuía, igualmente, para a desestabilização.

Da mesma forma, o duelo entre *cabanos* e *bem-te-vis* não concentrou toda a vida partidária da província. Eram essas, de fato, as maiores referências em termos de agremiações políticas organizadas, porém, havia uma dinâmica (re)configuração dos partidos, multiplicando-se e aglutinando-se em novas organizações, quase sempre fadadas a uma curta duração.

⁴¹ PEREIRA, Josenildo de Jesus. *Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, p. 94.

⁴² REIS, op. cit., p. 52-53.

Sobre o tema, João Francisco Lisboa registrou a tendência à pulverização dos partidos presente na década de 1840.

A contar da época em que se inaugurou o sistema constitucional, os partidos já não têm conta, peso, ou medida; tais, tantos, de todo tamanho, nome e qualidade têm eles sido [...]. É de crer que nos primeiros tempos os partidos adversos fossem só dois, um em frente do outro. Hoje um mecanismo tão simples não pode satisfazer à multiplicidade dos chefes em disponibilidade, e por isso a cada nova complicação da política provincial, aparecem novos partidos, não se sabe de onde saídos, e como organizados. Às vezes uma só noite tem visto um partido escacharse ao meio, e um dos troços ligar-se ao partido contrário para se tornar a separar com violência e estrondo dentro de poucos dias; outras, abandonam-se os aliados no mesmo campo da batalha, e voltam-se contra ele as armas.⁴³

Como antes mencionado, em meados do século XIX, foi alcançada uma relativa estabilidade na política maranhense. A partir daí, as disputas de poder no âmbito regional conseguiram reunir facções e permitir o funcionamento de um jogo partidário capaz de mediar a relação entre a Corte imperial e a província. Tal dinâmica, longe de superar as práticas clientelistas e patrimoniais herdadas da Colônia, elevou-as a um nível cada vez mais institucionalizado.

As características do seu eixo de sustentação e reprodução (da oligarquia política), uma confluência de centralização de recursos políticos e financeiros e a possibilidade de sua utilização clientelista, abriram espaço para a sedimentação de interesses próprios de grupo, no caso, a perpetuação nos postos de mando. Trata-se de um grupo cuja gênese é marcada pelo hibridismo: de um lado, parece apenas um setor instruído e especializado nas funções da administração e da política que se destaca no núcleo de famílias de grandes proprietários rurais, onde está sua origem social; de outro, o seu fortalecimento está intimamente ligado à utilização patrimonial do Estado, ao controle das nomeações para os cargos públicos e ao trânsito de que desfruta nas instâncias superiores da administração nacional.⁴⁴

Com o advento da década de 1860, o fortalecimento de lideranças políticas regionais encontrou nos partidos políticos um fator de dilatação, sempre centrado na construção e reprodução de facções e na continuidade da influência das relações familiares. A unidade familiar permaneceu, assim, como referencial, até porque “a força local das famílias era suficiente para conseguir a eleição de um representante, projetando um quadro em que as ‘notabilidades de aldeia’ poderiam se sobrepor aos líderes regionais”.⁴⁵

De fato, há indicativos da estabilidade política alcançada ao longo das décadas de 1850 e 1860. O primeiro foi a definição mais clara das lideranças políticas, já que conservadores e liberais conseguiram, com maior durabilidade, eleger seus dirigentes. Outro elemento foi a dilatação, também, das representações, pois os deputados provinciais e gerais conseguiram visivelmente se perpetuar por várias legislaturas. Um terceiro indicativo foi a

⁴³ LISBOA, op. cit., p. 145-146.

⁴⁴ REIS, op. cit., p. 51.

⁴⁵ Ibid., p. 59.

profissionalização das lideranças, já que cada vez mais membros das elites desenvolviam carreiras exclusivamente políticas, possibilitando, inclusive, a identificação de padrões entre tais representantes.

A década de 1860 trouxe também a organização de dissidências aos partidos Liberal e Conservador, a exemplo de um bloco que girou em torno do Partido Progressista, o qual, ainda em fins daquela década, conseguiu relevantes vitórias eleitorais contra os grupos políticos mais tradicionais. Ergueu-se, ainda, o Partido Constitucional. Porém, o espraiamento de facções políticas não passou de mero ensaio. Nesse sentido, Reis concebe progressistas e constitucionalistas como representantes de “efêmeros partidos”, que seriam, já no final do decênio aqui comentado, transformados em secções dos partidos Liberal e Conservador, respectivamente.⁴⁶

Nas duas últimas décadas na Monarquia, a luta política travada entre conservadores e liberais ganhou uma alternância mais evidente. Reproduziu-se no Maranhão a máxima de que as alterações no comando do governo eram determinadas não apenas pela manifestação das urnas, mas pela intervenção da Corte, sobretudo através do Poder Moderador.

Somente na segunda metade da década de 1880, já no prenúncio da República, a dinâmica da política provincial começou a se desvencilhar da disputa entre conservadores e liberais, havendo o desgaste da lógica de fidelidade partidária bipartida. A constituição de novos grupos, num crescente processo de subdivisão, continuou dependendo das posições alcançadas no aparelho burocrático e das possibilidades de trânsito nas instâncias de poder. Tal sistema, entretanto, não conseguiu se reproduzir indefinidamente sem gerar uma crise entre as elites.

Por certo, a crise não era do sistema oligárquico em si, mas da dinâmica de representação política, que não conseguia mais dar conta da multiplicidade de grupos em disputa. A estrutura de poder oligárquica, que extrapolou o sistema de comando político e deu conta da própria constituição do Estado, encontrou larga continuidade na República.

Como antes referido, a relativa estabilidade política alcançada ao longo da segunda metade do Oitocentos possibilitou a ascensão e a perpetuação de lideranças regionais mais bem definidas. No entanto, a chefia dos grupos políticos não obedeceu a uma única tipologia. Por um lado, havia políticos que exerciam a liderança partidária de forma concomitante a outras atividades, quase sempre a administração de terras no interior ou o

⁴⁶ Ibid., p. 60-61.

comércio. Por outro, aos poucos se afirmaram lideranças com atuação exclusiva na atividade administrativa da província ou na representação política em esfera nacional. Um tipo não sucedeu necessariamente o outro, ambos se perpetuaram até o advento do sistema republicano.

No período de maior estabilidade da política oitocentista, a já referida segunda metade do século XIX, manteve-se a tradição familiar no cenário político da província. Nesse sentido, há consenso entre os historiadores de que algumas linhagens foram predominantes no Maranhão imperial. Entre os conservadores, destacaram-se as famílias Viveiros, Mendes, Sousa e Cerveira. Já do lado dos liberais, predominaram os Costa Ferreira, os Franco de Sá, os Ribeiro e os Serrão.⁴⁷

Para Viveiros,⁴⁸ seguindo uma tendência nacional, a década de 1850 desenvolveu-se sob domínio dos conservadores. No Maranhão, o quadro foi fortalecido pela morte do liberal Joaquim Franco de Sá, em 1851, e a consequente perda da cadeira que o líder ocupava no Senado. A vaga foi preenchida no ano seguinte pelo então chefe dos conservadores, Jerônimo José de Viveiros.

Os anos 1860 iniciaram-se com a ascensão da Liga Progressista em âmbito nacional. A influência do grupo na Corte, sobretudo entre 1862 e 1868, favoreceu os liberais na província do Maranhão, vitoriosos nas eleições gerais por três vezes, conseguindo, ainda, a nomeação de dois senadores. Entre 1868 e 1878, o domínio foi mais uma vez dos conservadores, que, também em três legislaturas, saíram vitoriosos, além de terem igualmente nomeado dois de seus representantes para o Senado.

Nesse contexto, predominou entre os conservadores a influência de Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, o barão de São Bento. Sucedeu a essa liderança, com igual ou maior destaque, a figura de Augusto Olímpio Gomes de Castro, genro de seu antecessor.

O Partido Liberal teve um menos estável cenário de disputas por seu comando. O afastamento, ainda na década de 1860, de antigas lideranças do cenário político provincial, como João Pedro Dias Vieira e Francisco José Furtado, gerou a contenda pelo domínio da agremiação entre diferentes políticos. No embate, destacaram-se as figuras de Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, o visconde de São Luís, e Carlos Fernando Ribeiro, o barão de

⁴⁷ GOMES, op. cit., 1997, p. 318; VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu passado econômico, social e político*. 3. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras; Alumar, 1999. p. 89; COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005. p. 287.

⁴⁸ VIVEIROS, op. cit., p. 94-95.

Grajaú. A divisão entre ambos, lembra Reis,⁴⁹ criou os grupos *marcelinista*, comandado por Nunes Gonçalves, e *salino*, a ala majoritária, dirigida por Carlos Ribeiro.

Já no final dos anos 1870, Felipe Franco de Sá alcançou protagonismo entre os liberais. Muito próximo do barão de Grajaú, de quem era primo, Franco de Sá conseguiu na agremiação uma liderança quase incontestada a partir de 1869 e no decorrer da década seguinte, justamente em um contexto no qual os conservadores obtiveram certa hegemonia. Boa parte de seu destaque deu-se pelas relações que conseguiu nutrir em âmbito nacional, inclusive ocupando postos relevantes no Legislativo e no Executivo do Império, tendo sido, além de senador, ministro de diferentes pastas, como dos Estrangeiros, da Guerra e do Império, além de membro do Conselho de Estado.

O esfacelamento da política imperial enfraqueceu o confronto entre liberais e conservadores. Nos últimos anos da Monarquia, as lideranças dessas facções eram predominantemente simbólicas. José da Silva Maia e Carlos Fernando Ribeiro, por exemplo, ostentavam o título de “chefes honorários”, respectivamente, das correntes conservadora e liberal. Na prática, porém, a liderança não fazia mais sentido. Os tempos e a política eram outros.

Considerações finais

As relações de poder desenvolvidas pelas elites no Maranhão oitocentista estiveram inseridas em uma dinâmica que não se diferenciou estruturalmente de outras áreas politicamente periféricas do Império. Não existiu em terras maranhenses um sistema apartado de circulação do poder. A política “local” integrou, nutriu-se e, ao mesmo tempo, alimentou a Corte, sem, contudo, deixar de atender a interesses particulares.

No Maranhão, a estrutura oligárquica desenvolvida desde o período colonial gravitou em torno da influência da família, das relações clientelistas e da organização de facções. Ainda de forma similar às análises historiográficas do cenário político mais geral do Império, nessa província, os elementos de coesão das elites relacionaram-se igualmente com a formação, a ocupação e a ideologia dos membros dessas castas.

Parece ser aplicável ainda ao Maranhão a interpretação de que a dinâmica intraelites adquiriu contornos peculiares em meados do Oitocentos. Nesse momento, as instituições políticas brasileiras encontraram relativa solidez graças à construção de um

⁴⁹ REIS, op. cit., p. 63-64.

sistema de reprodução das elites no qual, independentemente da alternância de líderes locais no poder, foi possível a manutenção da ordem estabelecida.

Com efeito, a década de 1850 funcionou como uma espécie de divisor de águas no Maranhão, no sentido de conferir certa estabilidade à política provincial. Antes disso, a dinâmica política esteve pautada no revanchismo entre os grupos familiares e seus séquitos, carecendo de maiores contornos institucionais.

A partir da metade do século XIX, o enquadramento das facções no cenário político regional ganhou novos contornos. Se antes da Balaiada os grupos tinham seus poderes circunscritos aos locais de sua atividade econômica, o espaço político no qual as famílias procuraram se projetar passou a ser bem mais institucional, tendo vazão, sobretudo, nas disputas por cargos públicos.

Como estratégia de exercício do poder, as lideranças das facções voltaram sua atenção para a organização de grupos responsáveis pela ocupação do aparato burocrático do Estado. Na segunda metade do século XIX, predominou a oposição entre os grupos liberal e conservador, marcada pelo ferrenho antagonismo entre os adversários, que canalizavam sua contenda, sobretudo, na manipulação das eleições e no mau uso da máquina estatal.

Apesar das diferentes coincidências, não se pode tomar a política no Maranhão oitocentista como mero produto de um modelo irradiado a partir da Corte e servível às diferentes regiões do Império. A transposição simplificaria a complexidade histórica do período. Por outro lado, inverídico seria defender uma autonomia da política local em face de nuances mais gerais do poder no Brasil. Se a relação entre centro e periferia não se reduziu ao antagonismo, também não se restringiu à cooptação. Os extremos não servem, pois o processo foi bem mais complexo.